Dirigismo contratual nas relações empresariais.

Leonel Falcão.

Os contratos empresariais, como sabido, são regidos pelo Código Civil, que seguiu, quando de sua elaboração, a teoria contratualista, que, por sua vez, defende o denominado dirigismo contratual.

Este, nada mais é do que a intervenção do Estado para promover a proteção da parte considerada mais frágil em uma relação contratual.

Norma do Código Civil que exemplifica bem a matéria é o artigo 423, que determina:

“Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.”

Este artigo determina vantagens ao aderente, tais como (i) as cláusulas contratuais duvidosas devem favorecer a quem se obriga/adere; (ii) a obscuridade na redação deve ser imputada a quem redigiu o contrato, conferindo benefício a quem não participou de sua redação; os termos ambíguos devem ser interpretados a favor do aderente, entre outras.

Esta previsão legal, como dito anteriormente, é imposta tanto aos contratos civis, como aos empresariais.

Ocorre que, os contratos empresariais, todavia, não presumem que as partes estejam em desigualdade de condições, como, amiúde, se verifica nas relações de trabalho ou de consumo, razão pela qual diz-se que naqueles deve prevalecer a chamada autonomia da vontade e a consequente força obrigatória das avenças.

Dispõe o Enunciado n.º 21, da primeira I Jornada de Direito Comercial, realizada sob a coordenação do Ministro Ruy Rosado:

“Nos contratos empresariais, o dirigismo contratual deve ser mitigado, tendo em vista a simetria natural das relações interempresariais.”

Ou seja, extrai-se deste enunciado que, ao tratarmos de contratos empresariais, devemos presumir que eles são elaborados e firmados entre partes com igualdade de condições, não devendo haver uma presunção de fragilidade em relação à determinada parte, a fim de conceder-lhe proteção e/ou benefício especial.

Sendo assim, aprioristicamente, o enunciado conclui que às relações empresariais deve-se adotar o Princípio da Autonomia da Vontade, em que os contratantes são livres para decidir acerca de sua disponibilidade para contratar; com quem irão manter relações contratuais; qual será o objeto do contrato; qual o seu conteúdo, entre outras definições importantes à confecção das cláusulas contratuais que deverão possuir verdadeira eficácia.

Nesse sentido, como forma de fundamentar o afastamento do dirigismo contratual dos contratos empresariais, é o precedente¹ do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

“DIREITO EMPRESARIAL. CONTRATOS. COMPRA E VENDA DE COISA FUTURA (SOJA). TEORIA DA IMPREVISÃO. ONEROSIDADE EXCESSIVA. INAPLICABILIDADE.

1. Contratos empresariais não devem ser tratados da mesma forma que contratos cíveis em geral ou contratos de consumo. Nestes admite-se o dirigismo contratual. Naqueles devem prevalecer os princípios da autonomia da vontade e da força obrigatória das avenças.

2. Direito Civil e Direito Empresarial, ainda que ramos do Direito Privado, submetem-se a regras e princípios próprios. O fato de o Código Civil de 2002 ter submetido os contratos cíveis e empresariais às mesmas regras gerais não significa que estes contratos sejam essencialmente iguais.” (...)

O dirigismo contratual expressa-se de duas formas, (a) através de leis que restringem a liberdade de contratar, decorrente da mitigação da autonomia da vontade e com a imposição do dirigismo contratual; (b) através do Poder Judiciário que promove indevidas revisões judiciais de contratos, decorrentes da relativização do princípio do *pacta sunt servanda*.

Assim, temos que o Dirigismo Contratual que reina na teoria contratualista e que veio a inspirar a criação do Código de Defesa do Consumidor e, mesmo, do atual Código Civil não se aplica (ou não deveria se aplicar) direta e indistintamente aos contratos empresariais.

¹ Recurso Especial n.º 936.741/GO, Relator: Ministro Antonio Carlos Ferreira, da Quarta Turma, julgado em 03/11/2011.